

# O SUS na Formação de Recursos Humanos

Unidade 2 - Eixos e estratégias para o planejamento da preceptoria



## Leitura Recomendada

### Ordenação da formação de recursos humanos pelo SUS: princípios e eixos

CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora. Ordenação da formação de recursos humanos pelo SUS: princípios e eixos. Brasília: UNA-SUS/Fiocruz, 2021.

## **Ordenação da formação de recursos humanos pelo SUS: princípios e eixos**

Com base nos aportes e conceitos gerais apresentados pelos grupos de discussão, vamos agora focar nos princípios e eixos, que aportam bases para a ordenação da formação de recursos humanos, pelo SUS.

No Brasil, a abordagem de recursos humanos na saúde começa a ganhar algum espaço a partir de 1974, quando foi definido o programa de Preparação Estratégica de Pessoa à Saúde com objetivo de criar sistemas de desenvolvimento de RH para a saúde nos estados brasileiros. A partir daí poucas outras iniciativas com foco nessa temática foram apresentadas (*Silva et al.* 2009). De acordo com Vieira (2005) análises desse período dão conta que recursos humanos na área de saúde teve “pequena relevância antes da implementação do SUS e caráter fragmentado à limitação teórica e à interpretação pouco embasada que separava o trabalhador do processo de trabalho”.

No contexto da saúde o que até então prevalecia para o termo “recurso humano” era o sentido advindo da ciência da administração: gerência e administração da capacidade das pessoas, que objetivava utilização dita “eficiente e racional”, semelhante ao como se entendia para recursos materiais e financeiros. Ao longo das discussões que acompanharam a proposta e a construção do SUS agrega-se a essa ótica gerencial do termo os conceitos de força de trabalho da economia política (uso analítico e descritivo de questões de mercado de trabalho como emprego, desemprego, assalariamento, gestão do trabalho); e, da sociologia do trabalho (trabalho, trabalhador, profissão, sociedade) (*Pierantoni et al.* 2004).

A atribuição do SUS de ordenar a formação de recursos humanos para a saúde, mesmo que “recortada” em termos chave (ordenar – formação – recursos humanos) mostra que a operacionalização dessa atribuição reúne distintos significados e perspectivas. Inicialmente a interpretação que teve mais visibilidade foi que tal atribuição sinalizava transferências de atribuições da área da educação para a área da saúde.

Nessa mesma linha, a expectativa era de que para cursos da área da saúde o sistema de educação atuaria tão somente para homologar aquilo que fosse estabelecido pelo SUS. Essa interpretação inicial, mostrou-se equivocada, tanto pela clara e explícita manutenção das atribuições do sistema educacional, quanto a dispor sobre os diferentes

níveis do ensino. Seguramente as reformas na educação têm interferência e são impactadas pelo compromisso da educação ou, mais particularmente, da escola com o mundo do trabalho como princípio pedagógico em cujo “cenário” para o mundo da ciência e da tecnologia.

Assim, a disseminação e a relevância conferidas à preparação para o trabalho como atributo da escola, associadas ao desenvolvimento, aprofundamento e consolidação do conhecimento, constituem um consenso em relação aos princípios e diretrizes a serem contempladas pela educação escolar em “mão dupla” com o processo de trabalho. O Brasil ao propor e concretizar a última reforma educacional (LDB/1996) enquadra nesse alinhamento.

As reformas e políticas educacionais, a formulação de diretrizes nacionais e a busca de formas e alternativas para implementar os propósitos da educação escolar revelam, contudo, questões recorrentes quanto à definição e aplicação das metas políticas e diretrizes para todo o território nacional, para todos os níveis da educação nacional e, para todas as áreas do conhecimento.

No caso da área da saúde, a diversidade de interpretações e de significados relativos à atribuição de ordenar a formação no âmbito de políticas de saúde ganha destaque nas conferências nacionais de saúde e nas conferências de recursos humanos, para tornar cada vez mais evidente a necessidade de superar a versão clássica e prevalente na relação educação-saúde: educação de um lado e saúde do outro.

No desenvolvimento dessa atribuição, de forma inicialmente tênue, o MS transversalizou entre suas secretarias e departamentos ações e programas de promoção da integração dos setores de saúde e de educação, no sentido de pactuar e desenvolver relação entre as gestões federal, estaduais e municipais no que se refere, de modo bastante circunscrito, aos planos de formação e de qualificação, via cursos formais do sistema educacional.

Com foco nas **categorias profissionais do nível superior da educação** há, mesmo que ainda insuficiente, iniciativas e intervenções consistentes. Exemplos tradicionais desse segmento de programas, são as residências médicas e, nos últimos anos, a residência multiprofissional.

Mesmo que definidas no intento quase exclusivo da “qualificação em si”, ou seja, não vinculada formalmente a qualquer programa de inserção em serviços da RAS-SUS, os programas de residências e, mais recentemente, mestrados ditos “profissionais” têm

sido ícones das pautas e propostas do SUS para efetivar sua atribuição de ordenar a formação de recursos humanos.

Quanto à **formação técnica de nível médio e aos profissionais técnicos inseridos na Rede de Serviços** (envolve um contingente expressivo de trabalhadores com vínculos, inserção e funções bastante diversificadas) essa atribuição expõe e desafia, tanto o sistema educacional, como o SUS. Pelo lado do sistema educacional, a educação profissional técnica do nível médio está, praticamente, limitada à definição geral de diretrizes curriculares, que cabem aos órgãos estaduais investimentos, aprovação e monitoramento de programas e cursos. Com poucos e reduzidos aportes demanda do aparelho formador recursos e pessoal qualificados para a função docente especializada e permanece como área em que os conhecimentos (bases e fundamentos técnicos científicos) estão limitados a manuais prescritivos e “recortes” de conteúdos produzidos e organizados para cursos de graduação da área.

As diferenças na abordagem “nível médio” e “nível superior” que prevalecem no mundo da educação e do trabalho em saúde desarticulam a formação e a qualificação profissional do nível médio e superior, para repercutir no cenário do trabalho e, logicamente, na ainda frágil ordenação da formação de recursos humanos para a saúde. Nessa perspectiva a natureza, as possibilidades e os desafios implicados na atribuição de ordenar a formação de recursos humanos para a saúde pelo SUS, que se estendem para além da definição de normativas, ou seja, está no estabelecimento de políticas, de programas e de ações que contemplem:

- **Programas de Educação Permanente (PEP)**, que incluem investimentos e critérios para a institucionalização em âmbito federal, estadual e municipal, os processos e oportunidades de qualificação da **força de trabalho** (profissionais de saúde/nível médio e superior) da Rede de Atenção do SUS;
- Definição de **critérios de vinculação dos processos de qualificação e plano de carreira** para profissionais e trabalhadores do SUS;
- **Articulação, em âmbito nacional, dos sistemas de educação (SNE) e de saúde (SUS)** no sentido da pactuação de critérios, diretrizes e indicadores, que subsidiem a regulamentação dos processos formativos, tanto para o nível da educação básica (educação profissional de nível médio), como para a educação superior (graduação e pós-graduação);

- **Regulações das profissões de saúde** na perspectiva da natureza do trabalho em saúde e não como atos específicos e exclusivos e como contraponto ao trabalho multiprofissional e ao conhecimento interprofissional.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.041, de 9 de julho de 2013**. Altera o Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010, que institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8041.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8041.htm).

BRASIL Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010**. Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7385.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7385.htm).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CECCIM, Ricardo Burg; ARMANI, Teresa Borgert; ROCHA, Cristianne Famer. O que dizem a legislação e o controle social em saúde sobre a formação de recursos humanos e o papel dos gestores públicos, no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**. São Paulo, v.7, n.2, p. 373-383, 2002. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000200016>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora. **A organização do sistema educacional brasileira e a formação na área de saúde**. In: SANTANA, José Paranaguá de; CASTRO, Janete Lima de(Org.). Capacitação em desenvolvimento de recursos humanos de saúde: CADRHU. Natal: Univ. Fed. Rio Grande do Norte, 1999. p. 109-123.

FRANÇA, Marco Túlio Aniceto; GONÇALVES, Flávio. O Sistema Educacional Brasileiro e os Mecanismos Perpetuadores da Desigualdade. **Seminário Diamantina**. Minas Gerais: CEDEPLAR, 2006. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A076.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A076.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2019.

PIERANTONI, Célia Regina; VARELLA, Thereza Cristina; FRANÇA, Tânia. Recursos humanos e gestão do trabalho em saúde: da teoria à prática. *In*: Barros, André Falcão do Rêgo. (org.) *et.al*. **Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil**: estudos e análises. Brasília, Ministério da Saúde, p. 51-68, 2004. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Livro\\_inteiro\\_portugues.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Livro_inteiro_portugues.pdf).

SANTANA José Paranaguá de; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova. **Educação, Trabalho e Formação Profissional em Saúde**. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Educacao\\_Trabalho.pdf](https://www.paho.org/bra/dmdocuments/Educacao_Trabalho.pdf).

SILVA, Núbia Cristina da. *et al*. Gestão de Recursos Humanos em Saúde e sua necessária interface ao mundo organizacional – um olhar ampliado. **XXXIII Encontro da ANPAD**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR2596.pdf>

VIEIRA, Mônica. A Gestão do Trabalho no Sistema Único de Saúde. *In*: **Textos de apoio em políticas de saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005. p.99-116. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/textos-de-apoio-em-politicas-de-saude>.